

A Monarquia é ela: a função política de Relações Públicas em uma forma de governo¹

William Ricardo Vidal MARINHO²

Ana Karin NUNES³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

O artigo aborda a função política de relações públicas em uma forma de governo. Nessa perspectiva, busca-se analisar a Monarquia Britânica como uma organização que se mantém através das bases de poder legítima e retórica, especialmente pelo mito Rainha Elizabeth II, na perspectiva da função política de Relações Públicas. Para tal, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, do estudo de caso e da análise dos dados encontrados no website The Royal Family. Como resultado, percebeu-se que a Monarquia Britânica pode ser considerada uma organização que gerencia sua função política, especialmente através do mito Rainha Elizabeth II, obtendo cooperação e legitimidade perante a sociedade.

Palavras-chave: Função Política; Bases de poder; Monarquia Britânica.

Introdução

Este artigo, derivado da monografia de conclusão de curso, busca analisar a Monarquia Britânica como uma organização que se mantém através das bases de poder legítima e retórica, especialmente pelo mito Rainha Elizabeth II, na perspectiva da função política de Relações Públicas. Além dos motivos pessoais do pesquisador para a escolha do tema, a realização deste estudo se justifica pela compreensão de outros formatos de organização em que a função política de Relações Públicas existe e pode atuar, além de empresas privadas, por exemplo. Justifica-se também pelo aprofundamento das bases conceituais propostas por Simões (1995; 2001), sobre a teoria da função política, que na visão do pesquisador deste estudo, infelizmente, ainda é pouco utilizada por acadêmicos de Relações Públicas. Ressalta-se, contudo, que os

¹ Trabalho apresentado no IJ 3 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Bacharel em Relações Públicas pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS). E-mail: william.vidalmarinho@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora e Pesquisadora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS). E-mail: ana.karin@ufrgs.br

conceitos abordados neste artigo são apenas um recorte do que propõe o pesquisador Roberto Porto Simões.

Organizações e a função política de relações públicas

Prethuis (1962) diz que a sociedade é uma sociedade de organizações. O indivíduo nasce em organizações, é educado por organizações, passa a vida trabalhando para organizações e, quase sempre, morre em uma organização. A conceituação de organização tem sido objeto de vários estudos, nas suas diferentes formas, estruturas e objetivos. Para Etzioni (1989, p. 3), “[...] as organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”.

Com o intuito de entender o governo como uma organização, cabe-se ressaltar alguns aspectos de suas características, a fim de permitir sua compreensão no contexto deste estudo. No Dicionário de Política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992), por exemplo, o significado de governo nada mais é do que um conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade. Outra concepção engloba o complexo de órgãos, que institucionalmente têm o exercício do poder, ou seja, um aglomerado de pessoas e órgãos que possuem o poder de governar. A função do governo é garantir a integração interna de uma sociedade e a defesa desta perante agressões advindas de grupos externos.

Nesse sentido, nos governos dos Estados há tomada de decisões, assim como nas organizações, no entanto, essas decisões envolvem todos os indivíduos que vivem no território do Estado. Já as decisões das organizações, envolvem apenas os indivíduos que estão vinculados com a organização. Ou seja, os governos podem ser compreendidos como organizações, onde o relacionamento governo-sociedade pode ser comparado com o relacionamento organização-públicos.

O sistema organização-públicos existe em vários formatos, entre os quais o formato governo-sociedade, em que os governos, nas suas formas e sistemas, são organizações que se encarregam da unidade política de um país e estabelecem relações com a sociedade. Essa sociedade é formada por servidores do governo, pela população do Estado, outras organizações de diferentes naturezas, outras formas de governo, organizações internacionais (com finalidades sociais, econômicas, políticas), entre outros públicos.

Quando se atribui à política ações de ordenar ou proibir alguma coisa, para alguém ou determinado grupo, passa-se a entender a política como uma forma de atividade, estreitamente ligada ao poder. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992, p. 954) definem poder “[...] como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determinada malgrado seu, o comportamento”. O poder é uma forma de resolver conflitos, tanto no âmbito da macro quanto da micropolítica. Especificamente no contexto da micropolítica, em uma organização, a política efetiva-se pelo exercício do poder. De acordo com Simões (1995), isso dá espaço para que se verifique a existência de uma função (subsistema) política, a qual precisa ser gerenciada pela atividade profissional de Relações Públicas. O professor-pesquisador conceitua a atividade profissional de Relações Públicas como a gestão da função política da organização, cujo objetivo é de que

[...] através de filosofia, políticas e normas, a atuação da organização e do que isso implica, anteriormente em decisões e, posteriormente, em produtos e serviços, ocorra e seja percebida como realizada em benefício dos interesses comuns que possui com seus públicos (SIMÕES, 1995, p. 83).

Nessa perspectiva, o que merece destaque é que a política atua como forma de poder integrar os interesses organizacionais com os interesses dos públicos, evitando a iminência de conflitos, para que o sistema se mantenha estável. Como uma função organizacional, a função política se encarrega do exercício de poder, como influência, realizado através da comunicação. Para Simões (2001) a relação no sistema organização-públicos está em permanente processo de cooperação/conflito.

O autor apresenta as bases de poder que permeiam a relação organização-públicos. Essas bases são as variáveis utilizadas pela atividade de Relações Públicas para intervir no sistema e buscar a harmonização de interesses no processo de cooperação/conflito. O poder somente se manifesta pelo seu exercício, quando há mudança de comportamento de um dos envolvidos. Desse modo, o exercício de poder se estabelece por “duas bases de poder ou variáveis intervenientes, por intermédio das quais o poder é exercido no sistema: a ação e a comunicação, ou, se quisermos, pela ação e pelo discurso” (SIMÕES, 2001, p. 58).

Dentre as bases de poder, destacam-se a legítima e retórica, nas quais situa-se um fenômeno que, segundo Simões (1995), é capaz de tornar a organização sacralizada e modeladora de comportamento dos públicos: o mito. Na base de exercício de poder legítimo, ele se manifesta por meio de argumentos histórico-objetivos, já na base

retórica, pelo discurso verbal da organização. A utilização do mito nas e pelas organizações visa justificar a legitimidade da organização, por meio de falas e metáforas.

Contudo, embora o exercício de poder possa ser efetivado por meio dessas bases, as ações de uma das partes envolvidas no sistema organização-públicos pode não impactar na decisão da outra, devido a condições de alienação. Torna-se necessária, portanto, a utilização da comunicação como um meio de influência. Na teoria da gestão da função política, a comunicação (o meio) é um instrumento do exercício de poder (a essência). O processo de interação do sistema organização-públicos, nessa perspectiva, conta com um elemento em comum às bases de poder, visto que elas não atuam sozinhas na manutenção do sistema.

A informação é a matéria-prima da atividade de Relações Públicas, destacando-se que “[...] quem tem a informação tem o poder sobre uma decisão ou de influenciar a decisão do outro” (SIMÕES, 2001, p. 60). Nesse aspecto, estabelecem-se relações entre a informação e o exercício de poder, a partir do momento que o uso da informação pode persuadir e ajustar comportamentos e expectativas. Trata-se, portanto, de uma relação política, onde termos como poder, comunicação e informação se entrelaçam.

A atividade de Relações Públicas pressupõe a administração de três aspectos: 1) a essência, que está relacionada à função política; 2) a aparência, ligada à comunicação; e 3) a circunstância, voltada ao conflito. A informação é matéria-prima na medida que relaciona os diversos instrumentos para o exercício de poder. Em resumo, a gestão da função política é a principal causa da existência do profissional de Relações Públicas. A atividade de Relações Públicas é política na medida que busca legitimar as decisões organizacionais, por meio das relações de poder. Atua no sistema organização-públicos servindo-se de instrumentos de comunicação e gestando a informação, a fim de articular interesses e monitorar conflitos. Por meio de instrumentos específicos, utiliza-se da essência (informação) e da aparência (comunicação), para gerenciar relações de poder, com vistas à legitimação da organização, transformando-a em mito.

O mito na função política da Monarquia

O conceito mito engloba várias teorias completamente opostas, porém hoje ainda se discute o seu significado e objetivo. Para compreender o fenômeno mito é necessário

recorrer a alguns conceitos e pesquisadores da área, como Eliade (1972) para quem o mito fundamenta a vida social e a cultura, é certo modo de estar no mundo e, por vezes, constitui um comportamento humano como elemento de civilização. O autor diz que o que interessa é “as sociedades onde o mito é – ou foi, ate recentemente – ‘vivo’ no sentido de que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência” (ELIADE, 1972, p. 8).

Nessa perspectiva teórica, o mito não é uma história isolada, sendo importante estudar os efeitos deste em cada grupo social. As sociedades em que o mito permanece vivo, ou seja, praticável e que se refaz, adaptando-se durante os anos sem ser esquecido, são o principal foco do autor. São os mitos que se enriquecem no decorrer dos séculos e persistem explicando os fenômenos, o comportamento e a atividade do homem até hoje.

[...] o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘principio’. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição (ELIADE, 1972, p. 11).

Os Entes Sobrenaturais, de acordo com o autor, são os personagens dos mitos, conhecidos pelo que fizeram no passado. Para Eliade (1972, p. 12) “[...] o mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma ‘história verdadeira’, porque sempre se refere a realidades”. Pode-se perceber, por exemplo, a presença de mitos no próprio cotidiano dos indivíduos, que por vezes são encarados como verdades universais, sem terem qualquer comprovação científica.

Histórias e ritos também são aspectos abordados nos estudos sobre mito propostos por Campbell (1990), para quem a mitologia tem muito a ver com os estágios da vida, com os ritos e/ou cerimônias em que o indivíduo passa da infância para a vida adulta, ou de um status de solteiro para casado, por exemplo. Isso é, “[...] todos esses rituais são ritos mitológicos. Todos têm a ver com o novo papel que você passa a desempenhar, com o processo de atirar fora o que é velho para voltar com o novo, assumindo uma função responsável” (CAMPBELL, 1990, p. 12). Para o autor esses rituais mitológicos, ainda hoje, atuam em nossa sociedade, por exemplo, em cerimônias de casamento, na posse de um presidente, mas também no alistamento militar e no simples ato de vestir um uniforme.

O mito, por vezes, desempenha uma função social, ou seja, determinado grupo de pessoas une-se e tem no mito o principal ponto de união. Conforme Sousa Filho

(2006, p. 4, grifo do autor) “[...] o mito informa a vida de grupo do que ela é e das razões que a fazem existir e seu destino, assim como a enforma nos padrões, valores e instituições que o mito elegeu”.

Convém, ainda, traçar um paralelo entre mito e ideologia, visto que, de acordo com Sousa Filho (2006, p. 5), “[...] em qualquer sociedade em que se manifeste, a ideologia assegura a coesão social, regulando os vínculos que unem os indivíduos às normas e aos papéis que lhe são atribuídos”. Isso se dá a partir do entendimento da ideologia mais do que um instrumento de luta de classes, mas como elemento simbólico da sociedade. Por meio de representações e crenças, a ideologia assegura a ordem social, pois preserva suas normas, padrões, instituições e costumes.

Com base na exposição feita até aqui, torna-se possível pensar os mitos em uma organização, em particular no sistema organização-públicos. Atrelado ao ato de controle, tomada de decisão e exercício de poder, na função política, o mito situa-se em bases que contribuem nas relações de poder do sistema organização-públicos. Nesse sentido, visa tornar a organização sagrada e modelo de conduta do comportamento dos públicos. O mito, na função política, em especial nas bases de poder legítima e retórica, manifesta-se por meio de argumentos históricos e discursos.

A Gestão da Função Política na Monarquia através do Mito

A compreensão da Monarquia Britânica como uma organização pressupõe o entendimento de que, assim como todas as outras, essa forma de governo possui objetivos específicos, que diferem, por vezes, dos objetivos de uma parte da sociedade. Ao longo dos anos, as divergências de interesses resultaram em conflitos e crises que colocaram em risco a permanência dessa forma de governo no mundo.

Sabe-se que a Monarquia Britânica não possui um poder político e não interfere, diretamente, nas decisões do Parlamento, visto que tratam-se de responsabilidades específicas e bem distintas. Porém, percebe-se que ela faz uso do exercício de poder, por meio de bases legítimas e persuasivas, as quais sustentam suas ações, principalmente via processos comunicacionais. Ou seja, ao assumir a sua função política, a organização Monarquia Britânica busca obter cooperação no sistema monarquia-sociedade, no sentido de garantir a sua permanência, utilidade e legitimidade como forma de governo.

Essa cooperação acontece porque as decisões da organização Monarquia Britânica ocorrem e são percebidas como legítimas pelos públicos, ou seja, pela sociedade. São decisões realizadas ao encontro de interesses comuns, que visam evitar conflitos no sistema, fazendo com que a sociedade mantenha-se fiel à Monarquia. O mito, fenômeno que se forma nas bases de poder de legitimação e persuasão (retórica), é o que auxilia a tornar a organização sacralizada e modeladora de comportamento dos públicos. Nesse sentido, a organização Monarquia Britânica tem no seu principal mito, a Rainha Elizabeth II, formado a partir de argumentos histórico-objetivos e pelo discurso da organização, a garantia da legitimação da organização através dos tempos.

O *website The Royal Family* foi considerado, nessa análise, como um instrumento de exercício de poder, alicerçado nas bases legítima e retórica da função política, utilizado pela Monarquia Britânica em seu processo de comunicação, a fim de reforçar a formação do mito da Rainha Elizabeth II. Deu-se também em razão da forma como ele se apresenta à sociedade: “este é o site oficial da Família Real Britânica. Escrito e gerido pela Casa Real no Palácio de Buckingham, que tem como objetivo fornecer um recurso autorizado de informações sobre a Monarquia e a Família Real, passado e presente [tradução nossa]”⁴. Ou seja, parece claro que este canal é tido pela organização Monarquia Britânica como a sua forma oficial de comunicação com a sociedade.

Compreende-se esse instrumento dessa forma na medida que ele apresenta informações, dotadas de argumentos histórico-objetivos, além de apresentar o discurso da organização Monarquia Britânica sobre a Rainha Elizabeth II. Diante disso, buscou-se classificar as informações selecionadas sobre a Rainha Elizabeth II em duas categorias, base legítima e retórica, conforme a proposta de Simões (1995), confrontando-as com os referenciais teóricos sobre mito.

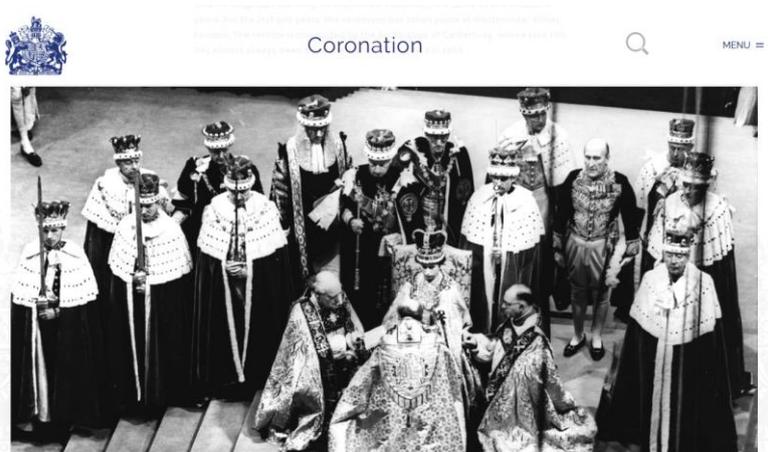
A Base de poder Legítima como formadora do mito

Na seleção das informações para compor essa base, entende-se por argumentos histórico-objetivos da base legítima as informações que concedem transparência à função da Rainha Elizabeth II. Eles explicam como e porque suas atividades acontecem

⁴ No original: “This is the official web site of the British Royal Family. Written and managed by the royal household at Buckingham Palace, the site aims to provide an authoritative resource of information about the Monarchy and Royal Family, past and present” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

e o que elas significam para a organização Monarquia Britânica. O primeiro deles, como mostra a Figura 1, refere-se à coroação da Rainha Elizabeth II, cujo rito expressa o mito da organização Monarquia Britânica. A coroação de um monarca consiste em um evento no qual o indivíduo recebe o cargo de Rei ou Rainha. Além disso, trata-se de uma cerimônia cercada de procedimentos e normas que a caracterizam como um rito. Conforme abordado por Eliade (1972), os mitos se constituem por meio de ritos que revivem momentos históricos importantes, narrando cerimonialmente os mitos.

Figura 1 – A coroação da Rainha Elizabeth II



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Percebe-se no rito de coroação da Rainha Elizabeth II aquilo que Eliade (1972) propõe como sendo um resgate histórico de um momento em que os Entes Sobrenaturais, que para o autor são os personagens do mito no passado, obtiveram sucesso. Diante disso, compreende-se que o mito não está no indivíduo Elizabeth II, mas no que ela se tornou a partir do momento em que foi coroada, quando deixou de ser apenas uma jovem da nobreza, para se tornar a Rainha de uma nação. Esse aspecto também corrobora com a ideia de Campbell (1990) de que o mito tem relação com os estágios da vida, com os ritos/cerimônias em que o indivíduo passa da infância para a vida adulta. Verifica-se semelhante processo na coroação de Elizabeth II, quando ela deixou de ser apenas uma jovem da realeza britânica, para tornar-se Rainha de uma nação.

Alguns trechos disponíveis no *website* sobre a cerimônia de coroação dão conta de que se trata de um momento de pompa e celebração, o que corrobora com a proposta de Eliade (1972), para quem o mito conta uma história sagrada, mas verdadeira, porque

se refere à realidade. Ou seja, a Rainha Elizabeth II, a partir da cerimônia de coroação, passou a carregar consigo toda a história de formação da Monarquia Britânica, ao mesmo tempo em começou a fazer parte dela como Ente Sobrenatural, ou seja, como personagem do mito.

O fato de a cerimônia ser a mesma há 900 anos também vai ao encontro do que propõe Eliade (1972), no sentido de que o mito conta uma história sagrada, que é recuperada, revivida e evidenciada nos ritos. Considera-se que a história sagrada está atrelada ao rito da coroação, ao ambiente em que essa cerimônia foi realizada, na Abadia de *Westminster*, uma igreja de Londres, capital da Inglaterra, conduzida pelo Arcebispo de *Canterbury*, uma espécie de padre para os britânicos, em uma cerimônia religiosa.

Nesse aspecto, inclusive, percebe-se uma condição quase divina concedida ao rito, assim como ao mito Rainha Elizabeth II. Como se o ambiente em que foi realizada a cerimônia colocasse ela em uma posição semelhante à de Deus, passível de ser adorada e respeitada, mas também cercada de mistérios. Cabe lembrar que a Rainha Elizabeth II também recebeu na ocasião de sua coroação o título de chefe Suprema da Igreja Anglicana da Inglaterra, o que reforça sua condição de mito atrelada ao aspecto sobrenatural, místico, das funções do mito na proposta de Campbell (1990).

Outra informação que confere legitimidade a Rainha Elizabeth II como mito da organização Monarquia Britânica encontrada no *website* também se expressa nos elementos de um rito. Nesse caso, trata-se da cerimônia de Abertura Oficial do Parlamento Britânico.

Compreende-se que nessa cerimônia, mas também em outros eventos tradicionais, ao encontro do que propõe Eliade (1972) sobre os mitos, a Rainha Elizabeth II atualiza-se e revive-se, pois aparece perante a sociedade da maneira como se encontrava no momento de sua coroação. Ela resgata os símbolos usados naquele evento, bem como a história por trás disso, da qual agora ela faz parte e da qual também é autora. Por exemplo, a coroa usada pela Rainha Elizabeth II na cerimônia de coroação é também usada na Abertura do Parlamento. Ou seja, por meio dela a Rainha torna-se reconhecida como tal. Isso vai ao encontro da analogia feita por Campbell (1990) ao papel de um juiz em uma corte do Tribunal, onde as pessoas não se levantam para o indivíduo, mas sim para a toga que ele veste e para o papel que ele desempenha.

Compreende-se a base legítima da função política nessa organização, atuante na preservação de uma identidade e de um sistema social, a Monarquia Britânica. As informações divulgadas sobre a Rainha Elizabeth II, em especial as selecionadas para este estudo, explicam como e por que ela tornou-se Rainha, e o que ela faz para manter-se no cargo. O rito de coroação tornou Elizabeth II a Rainha legítima, pois foi reconhecida como tal, com base na história, na hereditariedade e vitaliciedade do cargo. Já na Abertura do Parlamento Britânico, a Rainha confere legitimidade ao ato, pela sua autoridade, obtém o consenso dos membros do Parlamento a respeito da sua posição.

Da mesma forma, essa base de poder, em que forma-se o mito Rainha Elizabeth II, confere legitimidade a organização Monarquia Britânica, porque a Rainha Elizabeth II possui legitimação nas suas decisões. Essas decisões, que são as mesmas da organização Monarquia Britânica, visam obter a cooperação e, às vezes, alterar o comportamento de alguns setores da sociedade. Portanto, essa base de poder garante que, quanto mais legítima for a organização, melhor será o seu nível de Relações Públicas.

A Base de poder Discurso como formadora do mito

Na teoria da função política, Simões (1995) refere-se ao discurso verbal da organização. Porém, neste estudo, considerou-se também uma análise dos discursos estéticos, atrelando imagens e textos a fim de compreender como a organização Monarquia Britânica busca formar o mito da Rainha Elizabeth II por meio do instrumento de comunicação que é o *website The Royal Family*. Entende-se, pelos discursos, tanto verbal quanto estético, que a organização Monarquia Britânica quando fala, escreve ou mostra a Rainha Elizabeth II, não o faz de maneira aleatória, mas sim por ela fazer parte de sua história, da história do Reino Unido, e até da formação de sociedades ao redor do mundo.

Como mostra a Figura 2, o *website* da organização Monarquia Britânica dedica uma página para uma mini biografia da Rainha Elizabeth II com informações sobre sua infância e educação, casamento e família, ascensão e coroação, jubileus e marcos, interesses, caridades e patrocínios. Embora o *website* apresente também uma mini biografia sobre outros membros da Família Real, constata-se maior concentração de informações referentes à Rainha. Essa questão reforça o que Eliade (1972) e Campbell

(1990) falam a respeito dos mitos, os quais não existem sem a história como algo real e natural. Uma história que possibilite a construção de outras.

Figura 2 – Sua Majestade, a Rainha



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Do ponto de vista do mito, percebe-se no trecho “A rainha governou por mais tempo do que qualquer outro monarca na história britânica [...]” o que Eliade (1972) propõe como o mito “vivo”, que fornece modelos para a conduta humana. Sendo assim, a Rainha Elizabeth II pode ser pensada como o mito escolhido pela organização Monarquia Britânica para explicar seu surgimento e a função dessa forma de governo no mundo. Em outro trecho “[...] tornando-se uma figura muito amada e respeitada em todo o mundo. Seu extraordinário reinado acompanhou suas viagens de forma mais ampla do que outro monarca, realizando visitas históricas no exterior”, principalmente pelo uso dos termos “uma figura amada”, “respeitada em todo”, “extraordinário reinado”, “visitas históricas” a questão ideológica do mito proposta por Sousa Filho (2006) fica evidenciada. Para esse autor, a ideologia é o que assegura a coesão social. Sendo assim, a Rainha Elizabeth II torna-se o ponto de união da sociedade, tanto em função do cargo que ocupa quanto das atividades que realiza, e para quem as pessoas atribuem adjetivos positivos.

A organização atribui adjetivos valorativos para se referir à Rainha Elizabeth II, ao seu trabalho e reinado a fim de que isso se torne uma verdade para os cidadãos britânicos e para os países que abrangem a Monarquia Britânica. Porém, a afirmação de que a Rainha Elizabeth II é respeitada em todo o mundo e que suas visitas foram históricas, pode não ser assim percebida por pessoas do próprio Reino Unido ou por

outros países ao redor do mundo. Por isso, como dito por Campbell (1990), é que o sentido do mito é percebido de maneiras diferentes nos indivíduos, pois se dá no inconsciente de cada um.

A ideia de que o mito desempenha uma função social e que as pessoas têm nele o seu ponto de união, proposta por Sousa Filho (2006), identificou-se no trecho “Conhecida por seu senso de dever e sua devoção a uma vida de serviço, ela tem sido uma figura importante para o Reino Unido e da *Commonwealth* em épocas de enorme mudança social [...]”. Entende-se que a Rainha Elizabeth II é uma pessoa que possui uma dedicação à função que desempenha e ao seu trabalho, principalmente pelo termo “senso de dever”. Essa expressão pode ser associada, por exemplo, a uma característica pessoal de um profissional, mas no caso da Rainha Elizabeth II, refere-se ao cargo que ela exerce, ou seja, ao dever de ser uma Rainha.

No *website The Royal Family* os discursos em torno da Rainha Elizabeth II apresentam-se também de maneira estética. A imagem da Rainha aparece sempre vinculada às palavras *The Queen* no enunciado das informações. A organização, ao optar por esse modo de composição das informações referentes à Rainha Elizabeth II, busca evidenciar a imagem da Rainha associada aos seus atos e ao objetivo da Monarquia Britânica. Em relação às imagens da Rainha, encontram respaldo na concepção de Campbell (1990) de que a leitura e interpretação dos mitos devem ser pensadas em imagens, visto que há mais realidade em uma imagem do que em uma palavra.

Consideram-se as imagens como um discurso da organização Monarquia Britânica que auxilia na formação do mito, já que a imagem se transforma em uma escrita, a partir do momento que obtém significado. As imagens, no contexto deste estudo, são as fotos da Rainha Elizabeth II encontradas no *website The Royal Family*. O significado dessas imagens, embora possa ter uma intenção por parte da organização, é realizado e atribuído pelas diferentes leituras que os indivíduos, em particular, fazem delas. A Figura 3, por exemplo, trata da primeira página de acesso ao *website The Royal Family*, e apresenta uma imagem do desenho de um brasão, com uma foto da Rainha Elizabeth II em uma escadaria, possivelmente de algum castelo, cercada por quatro cães.

Figura 3 – Tela inicial do *website The Royal Family*



Fonte: (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016)

O significado dessa imagem, na leitura do pesquisador, pode ser compreendido como um reforço ao mito da Rainha Elizabeth II na Monarquia Britânica. Entende-se que a mensagem que a organização busca transmitir é de que a Rainha Elizabeth II, em sua imagem pessoal, constitui a própria organização. Verifica-se isso no uso de elementos que adotam o caráter de um símbolo, como o desenho do brasão, que é a identificação da Rainha como indivíduo, mas também da Monarquia Britânica como organização e, nesse sentido, pode ser compreendido como logomarca. Desse modo, a formação do mito nos discursos do *website The Royal Family* está na maneira como a organização Monarquia Britânica gerencia as informações sobre a Rainha.

Identifica-se esse aspecto no modo como a organização se refere à monarca: 1) descrevendo-a como “A Rainha”, “A Soberana”, suprimindo o nome de batismo, pelo cargo que ela ocupa; 2) nas informações sobre as atividades, eventos e cerimônias tradicionais que a Rainha Elizabeth II participa, que a torna um “mito vivo”, conforme Eliade (1972), pois fornece os modelos para a conduta da sociedade, conferindo significação e valor à existência de uma monarquia, assim como a de sua própria; e 3) pelas imagens encontradas, que mostram a aparência do mito, permitindo que a sociedade o conheça e reconheça-se nele, bem como o interprete, o que, por sua vez, varia de acordo com a cultura em que se encontra inserida a organização ou o indivíduo. Essa interpretação também se dá mediante as ideologias, crenças e relações que cada indivíduo constrói dentro de si.

Com base no que foi exposto, compreende-se a base retórica da função política nessa organização, atuante na divulgação do que a organização Monarquia Britânica fez, faz e motivações para as suas decisões. As informações divulgadas sobre a Rainha Elizabeth II, em especial as selecionadas neste estudo, explicam como a organização Monarquia Britânica refere-se à Rainha e ao tratamento que é dado às informações em relação a ela no *website*, canal de comunicação oficial. Isso é verificado em aspectos como a supressão de palavras, como o nome de batismo da Rainha Elizabeth II, passando a referir-se a ela apenas pela sua função, Rainha, o que parece contribuir na formação do mito atribuído a essa função. Além disso, evidencia-se na seleção de imagens da monarca, na qual identifica-se um cuidado com a forma como a Rainha Elizabeth II irá aparecer e será percebida pelos públicos, ou melhor, pela sociedade.

Considerações Finais

Conclui-se, a partir das informações analisadas, que as duas bases de poder, efetivamente, não atuam sozinhas na formação do mito, pois ambas oferecem elementos que se completam. A base legítima está inserida na base retórica, pois fornece os argumentos que, ao serem colocados nos discursos da organização, garantem a esta a persuasão. Por sua vez, os discursos da base retórica são o caminho pelo qual os argumentos da base legítima extrapolam a organização, no sentido de que são comunicados para fora dela. Diante disso, o próprio *website The Royal Family* apresenta-se como um instrumento de comunicação, no qual se dá o exercício de poder entre a organização Monarquia Britânica e a sociedade. O *website* traduz os discursos da organização sobre a Rainha Elizabeth II e as suas decisões, bem como os argumentos que tornam essas informações legítimas perante o sistema monarquia-sociedade.

Tanto os argumentos histórico-objetivos, assim como os discursos, constituem-se de informações dotadas de significado e de poder, as quais visam persuadir e ajustar comportamento e expectativas, motivo pelo qual o mito se forma nessas bases. A partir disso, entende-se que essas informações também precisam ser gerenciadas, pela atividade de Relações Públicas, no exercício da função política. A forma como a organização Monarquia Britânica faz uso das informações, garantindo a formação e reconhecimento do mito, precisa ser entendida como um processo de gestão da função política, portanto, um processo de gestão de Relações Públicas.

A Monarquia é uma organização secular, histórica, portanto muitos foram seus reis e rainhas, assim como diversas mudanças aconteceram ao longo dos reinados. Entretanto, o fato de se manter até hoje, deve-se, em parte, ao papel e a função que esses reis e rainhas desempenharam ao longo dos anos, a fim de garantir sua permanência, bem como a da própria organização. Com base nisso, pode-se dizer que no sistema monarquia-sociedade, a gestão da função política se efetiva através da figura de reis e rainhas.

Referências

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: UnB, 1992.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

PRESTHUS, R. **The Organizational Society**. New York: Knopf Press.1962.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas e micropolítica**. São Paulo: Summus, 2001.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas: função política**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.

SOUSA FILHO, A. **Mito e Ideologia**. *Comunicologia*, Brasília, n. 1, 2006. Disponível em <<http://www.ucb.br>>.

WEBSITE THE ROYAL FAMILY. Disponível em: <<https://www.royal.uk/about-site>>. Acessos em: 19; 20; 22; 23; 24; 25 maio 2016.